

Ufes vai à Justiça contra a Prefeitura de Vitória

A Universidade Federal do Espírito Santo entrou na Justiça Federal contra a Prefeitura de Vitória, com um pedido de reintegração de posse, pois uma área com mais de 1000 metros quadrados está sendo invadida, no Centro Biomédico, no Campus de Maruípe. Alguns dos invasores alegaram que compraram o terreno à PMV, que também mantém no local um depósito para guardar carrinhos de limpeza pública.

A invasão foi descoberta por funcionários da própria Universidade, que imediatamente formou uma comissão de fiscalização composta pela engenheira Emília Frasson, pelo diretor de Segurança e Informações, Alberto Monteiro, e pelo procurador geral da Universidade, João Oscar Moreira Carneiro. Eles estiveram no local, fizeram um levantamento e constataram a irregularidade.

A procuradoria Geral da Universidade informou ao reitor Manoel Ceciliano de Almeida o resultado da investigação da Comissão, o qual encaminhou um ofício à Justiça Federal, visto que a Ufes tem a posse de fato da área e a União a posse de direito.

O LOCAL

A área que está sendo invadida no Centro Biomédico da Ufes, em

Maruípe, já se encontra inclusive marcada com cercas de arame e também de madeira, pelos invasores. A própria Prefeitura possui uma área no local, usada como depósito para guardar material de limpeza urbana. Um comerciante inclusive já construiu uma casa, classificada pela Comissão de Investigação da Universidade como sendo de alvenaria e também de muito boa qualidade. Ao ser questionado pela Universidade, o comerciante, cujo nome não foi revelado, disse que comprara o terreno à Prefeitura e que inclusive possui documentos comprobatórios do fato.

Mediante o problema apresentado, a Universidade através de sua Procuradoria Geral, oficializou à Justiça Federal, que, na qualidade de litisconsorte (terceira pessoa interessada na causa), abriu vistas à Procuradoria Geral da República, para as devidas providências. Então o procurador geral da Justiça Federal, Geraldo dos Santos Abreu, apresentou petição contra a Prefeitura de Vitória, numa ação de reintegração de posse.

Ainda em sua petição, o procurador geral da República apresenta reivindicação de indenização por esbulho na área a que tem posse de direito, dando o valor de

causa na base de Cr\$ 500 mil. Ele destaca também que a PMV deve ser a responsável por outros prejuízos que por acaso aparecerem, principalmente no que diz respeito aos bens materiais dos moradores do local.

O REITOR

O reitor Manoel Ceciliano de Almeida preferiu, na tarde de ontem, não fazer nenhum comentário relativo ao problema, nem mesmo autorizou que toda a documentação que a Universidade possui sobre o assunto fosse analisada pela imprensa, sob a alegação de que poderia haver alguma complicação de ordem judicial, uma vez que o processo ainda não foi divulgado no Diário Oficial.

No entanto, segundo informações da própria Reitoria, o encontro havido na última quinta-feira entre o professor Manoel Ceciliano e o prefeito de Vitória, Wander Bassini, foi para estudar a situação e as possíveis soluções para o problema.

A grande preocupação da Universidade Federal do Espírito Santo, segundo alguns de seus dirigentes, é não dar à situação das invasões no Centro Biomédico algum envolvimento de caráter político.